

Plenário do Senado acata indicações de autoridades

O Plenário do Senado aprovou ontem indicações de autoridades feitas pelo presidente da República. Para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi acolhida a mensagem que designa a advogada Maria Thereza Rocha. Quatro embaixadas brasileiras terão novos titulares. Além disso, os senadores aceitaram designações feitas para o Cade, a ANP e a Antaq. Hoje, a pauta inclui exame de seis medidas provisórias. **Página 3**

Marcio Kallume



Agripino, Mozarildo, Tuma, Efraim, Salgado, Malta e Garibaldi: integrantes da CPI comemoram aprovação do relatório final

CPI dos Bingos aprova relatório de Garibaldi

Por 12 votos favoráveis e 2 contrários, o pedido de indiciamento de 79 pessoas, entre elas Palocci e Okamoto, é acolhido sem mudanças

A oposição não conseguiu incluir na lista dos passíveis de indiciamento por irregularidades o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e o ex-ministro José Dirceu. O governo, por sua vez, não conseguiu excluir da relação pessoas que julga inocentes, como o ex-ministro Antonio Palocci e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Ao fim de 356 dias de atividades, a CPI dos Bingos aprovou o relatório de Garibaldi Alves. **Página 5**

Geratório /Magela



Renan (E), ao lado de Sarney, preside sessão que examina indicações

Moreira Mariz



O Plenário deve votar seis medidas provisórias que trancam a pauta

Conta de água pode ser cobrada por apartamento

A conta de água, que nos prédios de apartamento é única e rateada entre os condôminos, pode ser cobrada de cada unidade habitacional. A proposta, aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos, segue para o Plenário. **Página 7**



Luiz Otávio (E), com Ana Júlia e Tuma, preside Comissão de Assuntos Econômicos

J. Freitas

Projeto pune a violação de sistemas informatizados **Página 8**

Interlegis inicia segunda etapa da integração do Legislativo **Página 2**

Processo de educação legislativa previsto para a segunda etapa do programa poderá ter recursos da União e do BID



Márcio Sampaio, Agaciel Maia, Efraim Morais e José Antônio em encontro sobre o Interlegis

Interlegis busca ampliar integração do Legislativo

O Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) apresenta hoje um protocolo de intenções que deverá balizar todo o processo de educação legislativa previsto para a segunda etapa de execução do programa. As negociações com a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a obtenção dos recursos necessários a essa etapa estão próximas de uma conclusão.

A primeira fase do programa, iniciada em 2000, encerra-se em encontro ontem e hoje, no auditório do Interlegis, com a presença de diretores de escolas legislativas de todo o Brasil e representantes de instituições parceiras do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de

Contas da União (TCU).

O Interlegis é um programa de modernização e integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal e de promoção de maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Conforme o diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), o encerramento dessa primeira fase comprova o sucesso atingido, com a implantação de uma rede virtual de informação que já envolve 4.200 dos 5.564 municípios brasileiros, interligados por meio de computadores. O parlamentar disse que o grande desafio da segunda etapa é implantar a Comunidade Virtual de Educação Legislativa para otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial em homenagem a Leonel Brizola

Às 11h, os senadores homenageiam a memória de Leonel Brizola, ex-presidente do PDT morto há dois anos. Às 14h, na sessão

deliberativa, deve-se buscar acordo para limpar a pauta de votações, bloqueada por seis medidas provisórias, entre elas a que permite

ao patrão deduzir do Imposto de Renda a contribuição previdenciária referente ao salário do empregado doméstico.

CCJ quer informações sobre títulos vendidos pelo Banco Central

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 9h30 e tem como primeiro item da pauta requerimento de informações ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a respeito de operações de mercado com Notas do Tesouro Nacional

(NTN-B). Entre os outros 13 itens que serão examinados está o substitutivo a duas propostas de emenda à Constituição (PEC) pedindo que seja submetida ao Senado toda proposta de criação de unidades de conservação da natureza.

Em análise, indicações para embaixadas



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota, a partir das 9h30, mensagem do presidente da República com a indicação da diplomata Renate Stille para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Armênia. Também

serão analisadas as indicações de Carmelito de Melo para a República do Benin, na África Ocidental, e de Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud para o mesmo cargo a ser exercido na República da Guiné.

Projetos mudam regime dos agentes de saúde

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute dois projetos de lei que estabelecem o regime jurídico e a regulamentação das

atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. Antes, está prevista solenidade de colocação dos re-

tratos dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) na galeria de ex-presidentes da comissão.

Ampliação dos beneficiários do crédito rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h. O primeiro item da pauta é a proposta que inclui como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terra e os quilombolas,

entre outros. Também deve ser votado o projeto que dispõe sobre a repactuação de dívidas rurais, que já conta inclusive com estimativa de impacto fiscal elaborada pelo Ministério da Fazenda.



Desconto para idosos

Às 10h30, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa o substitutivo aos projetos que prevêm desconto aos maiores de 60 anos no valor de passagens aéreas. Outra proposta em pauta torna obrigatória a identificação em braile das teclas dos telefones fabricados no país.

Comissões mistas

A Comissão Mista do Salário Mínimo reúne-se às 14h30 com representantes da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos. Também às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento retoma a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Comissão Mista de Saneamento tem reunião às 15h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza e Romeu Tuma



Arthur Virgílio protesta contra suposta oferta de Lula aos partidos aliados

“Senadores e deputados não são gado”, diz Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), protestou contra a suposta promessa do presidente Lula de, se reeleito, dar aos partidos que o apoiarem ministérios com “porteira fechada” – o que significa que o aliado preencheria todos os cargos da estrutura ministerial e das estatais ligadas à pasta.

– Não sou gado. No Congresso não tem boi ou vaca, mas deputados, deputadas, senadores e senadoras. A promessa é quase uma licença para a prática de corrupção em cada ministério – disse Virgílio, que criticou ainda o fato de o governo ter comprado, segundo o jornal *Gazeta Mercantil*, por R\$ 39,9 mil, um projetor particular para cinema.

Azeredo afirma que governo Lula ilude população

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do presidente Lula a realização de promessas eleitorais, entre elas, a de geração de 10 milhões de novos postos de trabalho. Para ele, a taxa do crescimento econômico brasileiro é “vergonhosamente inexpressiva”.

O senador disse que o governo se sustenta iludindo a população com programas assistencialistas.

– Temos esperança de que, no desenrolar da campanha, as pessoas raciocinem e acordem da hipnose, comparando a ilusão enganosa da propaganda exagerada com alternativas de futuro de progresso encarnada no nosso candidato Geraldo Alckmin – assinalou.



Azeredo considera taxa de crescimento inexpressiva e pede apoio para Alckmin

Quatro embaixadas brasileiras terão novos titulares. Decisões do Plenário permitem preencher vagas também em tribunal superior, no Cade, na ANP e na Antaq

Senado aprova indicados para STJ, embaixadas e agências

O Plenário do Senado aprovou, ontem, o nome da advogada Maria Thereza Rocha de Assis Moura para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) emitiu parecer favorável à indicação (Mensagem 166/06), relatada por Romeu Tuma (PFL-SP). Manifestaram apoio à indicada os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Romeu Tuma, José Sarney (PMDB-AP) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Advogada desde 1983, Maria Thereza é doutora, mestre e graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), onde é professora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito.

Maria Thereza Rocha ocupará a vaga – decorrente da aposentadoria do ministro José Arnaldo da Fonseca – destinada à quota constitucional para advogados. A composição do STJ, de 33 ministros, é formada por um terço de juízes dos tribunais regionais federais, um terço de desembargadores oriundos dos tribunais de Justiça e um terço, em partes iguais, de advogados e de membros do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal, alternadamente.

Embaixadores

Também foram aprovadas ontem as indicações de Celine Maria Assumpção, Lauro Barbosa da Silva, Paulo Américo Veiga Wolowski e Antonino Lisboa

Mena Gonçalves para os cargos de embaixadores do Brasil na Coreia do Sul, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na Bulgária e na Suécia, respectivamente.

O Senado ainda acolheu a recondução de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina à presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e a indicação de Nelson Narciso Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foi aprovado o nome do engenheiro Fernando Antonio Brito Fialho.



Senadores votam indicações feitas pelo presidente da República, mas a pauta continua trancada por medidas provisórias

CPI dos Sanguessugas será instalada até amanhã

A maioria dos partidos no Senado e na Câmara dos Deputados apresentaram os nomes de seus respectivos parlamentares para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, que vai investigar o desvio de recursos públicos para a compra fraudulenta de ambulâncias em vários estados brasileiros. A CPI deve ser instalada até amanhã. A reunião será presidida pelo parlamentar mais idoso entre seus integrantes.

Senadores titulares

Serão membros titulares da comissão os senadores Arthur Virgílio (AM), Sérgio Guerra (PE) e Juvêncio da Fonseca (MS), pelo PSDB; Demostenes Torres (GO), Romeu Tuma (SP), Efraim Morais (PB) e

Paulo Octávio (DF), pelo PFL; Amir Lando (RO), Gilvam Borges (AP), Valdir Raupp (RO) e Wellington Salgado (MG), pelo PMDB; Eduardo Suplicy (SP), Sibá Machado (AC) e Paulo Paim (RS), pelo PT; Antonio João (PTB-MS) e, por cessão do PRB, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). O PDT e o PCdoB ainda não indicaram senadores.

Voto de pesar pela morte do prefeito Gilberto Morgado

Com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou em Plenário, ontem, requerimento de voto de pesar pela morte do professor e prefeito de Monte Alegre (SP), Gilberto Morgado (PT), no último dia 9. O corpo de Morgado foi encontrado na área de piscinas de um condomínio de flats em São Paulo e a polícia investiga

se ele caiu ou foi empurrado do apartamento onde estava hospedado, no 23º andar.

Além de lembrar a biografia do ex-prefeito petista, Suplicy leu carta da viúva, Rosa Maria Morgado, aos senadores do PFL Heráclito Fortes (PI) e José Agripino (RN). Dias após o falecimento do prefeito, Heráclito defendeu o acompanhamento do caso pela Polícia Federal,

recordou que Morgado havia denunciado irregularidades na contratação de serviços de limpeza urbana pelo seu antecessor, Donizete Sartor (PSDB), na prefeitura de Monte Alegre, e insinuou descaso do PT para com a morte do correligionário.

Na carta, Rosa Morgado contestou qualquer hipótese de ameaça ou falta de apoio por parte do PT.



Cristovam: PDT optou por fortalecer a idéia de partidos políticos nacionais

Para Cristovam, candidatura do PDT é anseio popular

Cristovam Buarque (PDT-DF), escolhido na segunda-feira para disputar as eleições presidenciais, disse que, ao lançar a candidatura, o PDT fortalece a agremiação e a idéia de partidos políticos nacionais. O senador acredita que a decisão atende ao anseio da população, apesar de tornar mais difíceis as coligações estaduais.

– Tomamos a posição mais arriscada, mas que levou em conta, ao mesmo tempo, os aspectos eleitoral, político e ideológico. Um partido não pode abandonar suas bandeiras simplesmente para eleger um maior número de candidatos, em prejuízo dos brasileiros que esperam a luta consistente por mudanças no país – destacou.

Simon comemora candidaturas de Heloísa e Cristovam

“Neste instante em que o presidente do Conselho de Ética da Câmara diz que a composição atual daquela Casa é a mais humilhante e de mais baixa categoria que o país já teve, o Senado tem orgulho de ter dois dos seus nomes na disputa à Presidência da República: Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL)”, comemorou Pedro Simon (PMDB-RS). Apesar de lamentar que seu partido tenha desistido de lançar candidato próprio, Simon disse sentir-se representado pelos dois senadores, cujo ingresso na disputa “vai acabar com o dueto entre o PT e o PSDB para ver quem mais fez mal ao país”.



Simon se diz representado pelos outros senadores candidatos à Presidência

Senadores do partido esperam ação firme da PF e da Procuradoria Geral da República no sentido de identificar os responsáveis pelo ato "pusilânime" contra parlamentar

Bancada do PT divulga nota de solidariedade a Ideli Salvatti

O senador Tião Viana (PT-AC) leu ontem, em Plenário, nota de apoio à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), assinada pelos integrantes da bancada do seu partido no Senado, em razão de matéria publicada ontem pelo jornal *Correio Braziliense* sobre supostas movimentações bancárias atípicas da senadora e que são alvo de investigação por parte do Ministério Público Federal. Viana disse que a reportagem, que na sua avaliação apenas apresenta "várias insinuações de ilícitos", foi uma violação ilegal da privacidade de Ideli.

– Espera-se da Polícia Federal e da Procuradoria Geral da República uma ação firme no sentido da identificação dos responsáveis



"Senadores do PT estão convencidos da conduta ilibada da senadora", diz Viana

por esse ato pusilânime, inconseqüente e ofensivo à honra da senadora Ideli Salvatti.

Viana afirmou que os senadores do PT estão solidários a Ideli Salvatti e "convencidos da sua conduta ilibada na atuação como

servidora pública e cidadã comprometida com a verdade".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que sempre viu por parte da senadora os procedimentos mais retos na vida pública.

– Parece que houve um desrespeito àquilo que é um direito constitucional – acrescentou.

Por sua vez, Paulo Paim (PT-RS) salientou não entender como as contas da senadora foram expostas ao país como se se tratasse de um delito. Fátima Cleide (PT-RO) considerou que a matéria foi publicada para desestabilizar a base do governo na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que votaria ontem relatório final.

Senadora vê perseguição política devido ao seu trabalho nas CPIs

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti, atribuiu ao procurador da República em Santa Catarina, Celso Três, a divulgação, na edição de ontem do *Correio Braziliense*, de informações sobre a movimentação de sua conta bancária entre 2003 e 2005. A seu ver, trata-se de perseguição política devido a sua atuação nas comissões parlamentares de inquérito. A senadora apontou a coincidência entre a data da divulgação da matéria e a leitura do relatório da CPI dos Bingos.

Ideli explicou que sua movimentação financeira foi realmente elevada no período em virtude de diversas indenizações que recebeu do Senado, como auxílio-moradia, convocações extraordinárias, auxílio-saúde,

entre outras, que não fazem parte de seus rendimentos, propriamente ditos. Além disso, tomou empréstimos que, conforme afirmou, ainda não foram quitados e vendeu e adquiriu automóveis.

A senadora lembrou que ano passado entrou em contato com o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza e Silva, no sentido encaminhar documentos que comprovam a origem dos recursos financeiros, e pediu a abertura de processo de investigação sobre seu patrimônio, para que pudesse se defender na Justiça.

Ideli manifestou sua indignação com o fato de a imprensa divulgar informações sigilosas da Receita Federal. Segundo ela, o jornal retirou a tarja que



Ideli atribui divulgação ao procurador da República Celso Três, que atua em SC

indicava que o documento era confidencial.

Em sua defesa, argumentou que a jornalista responsável pela reportagem teria confundido movimentação financeira com rendimentos. A senadora frisou que o extrato da CPMF pode induzir a erro.

Ideli foi apartada por Ana Júlia Carepa (PT-PA), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Paim (PT-RS).

Virgílio exige de Bastos explicações sobre laudo

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, cobrou, ontem, do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, explicações sobre o último laudo emitido pela Polícia Federal atestando a autenticidade da lista de Furnas. O senador deu 24 horas para o ministro demonstrar que não exerceu qualquer espécie de influência sobre a PF.

A lista de Furnas, trazida a conhecimento público pelo lobista Nilton Monteiro, é uma relação que contém nomes de políticos da base de sustentação do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Virgílio citou algumas perícias realizadas por institutos brasileiros de pesquisa comprovando a falsidade do documento.

– Os peritos identificaram que são falsos os papéis utilizados para a montagem das lista, bem como as rubricas e as assinaturas atribuídas a Dimas Toledo [ex-diretor de Furnas].

Em aparte, vários senadores apoiaram Virgílio. O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), defendeu Márcio Thomaz Bastos.

CCJ vai investigar denúncia de terrorismo biológico em 1987

Ao acolher sugestão do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), César Borges (PFL-BA) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), providências necessárias para investigar denúncia de terrorismo biológico no país. Segundo matéria da revista *Veja*, Luiz Henrique Franco Timóteo afirma ter participado em 1987 do planejamento, introdução e disseminação, na região cacauceira da Bahia, da doença vassoura-de-bruxa, com outros seis integrantes do PT.

– O povo baiano exige providências enérgicas para averiguar em profundidade essa denúncia. Petistas disseminaram a praga da vassoura-de-bruxa, que acabou com a lavoura de cacau no sul da Bahia. Os prejuízos são incalculáveis – ressaltou.

Antonio Carlos aceitou prontamente o pedido e disse que vai convocar o denunciante, as demais pessoas envolvidas, o ministro da Justiça e a Polícia Federal, que chegou a investigar na época o repentino surgimento da doença, que é endêmica na Amazônia, mas não existia na Bahia devido



César Borges defende apuração sobre a suposta sabotagem do PT a cacau baiano

a barreiras fitossanitárias.

– Há muito nós desconfiávamos disso. Agora, as coisas começam a aparecer e temos que levar a investigação até o fim. Pensar que o prejuízo de US\$ 10 bilhões dos cacauceiros baianos em todos esses anos se deve ao PT é inacreditável, mas é verdade.

Em aparte, João Batista Motta (PSDB-ES) observou que países estrangeiros têm usado maus brasileiros para impedir o avanço do país. Jereissati frisou que é possível acreditar em tudo, "depois do que o PT fez na Câmara". Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que chegaram a aventurar a hipótese de sabotagem quando seu estado foi tomado pela febre aftosa.

Para Antonio Carlos, governo Lula promove a desmoralização do Incra

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou, em discurso ontem, que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteja desmoralizando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a exemplo do que fez, na sua avaliação, com outras instituições públicas como a Petrobras, os Correios, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Antonio Carlos referia-se ao fato de a Procuradoria Regional do Incra em São Paulo ter entrado com recurso no Tribunal Regional Federal contra sentença de retomada de posse da Fazenda Teijin, no município de Nova Bradina, em Mato Grosso do Sul, invadida por trabalhadores sem terra dispostos a lutar contra ação de despejo da Justiça Federal.

– O governo corrupto e corruptor do PT transformou as siglas dessas instituições, que até pouco tempo eram sagradas para o povo brasileiro, em siglas identificadas com o crime e a corrupção – Idenunciou.

O senador culpou o governo pelas invasões de terras, lembrando o financiamento de or-



"O governo usa a instituição para financiar a subversão no campo", diz Antonio Carlos

ganizações como o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST), liderado por Bruno Maranhão, que, no último dia 6, invadiu a Câmara dos Deputados.

– O Incra jamais cumpriu a contento seu papel de instrumento da reforma agrária, mas também nunca havia sido utilizado para financiar a subversão no campo, a malfadada Anara [Associação Nacional de apoio à Reforma Agrária], comandada por Bruno Maranhão. O PT colocou à disposição de Bruno e do seu bando de fanáticos R\$ 5,6 milhões para financiar as marchas dos sem-terra e suas farras – protestou.

Oposição acompanha o voto do relator, que pede o indiciamento de 79 pessoas, entre as quais Antonio Palocci e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto

Fotos: Márcia Kalume



Garibaldi (entre Efraim e Mozarildo) decide não pedir o indiciamento do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho. Com a presença de todos os integrantes da CPI, o texto é aprovado por 12 votos a 2

Investigação aponta conexão com ações do crime organizado

O relatório final da CPI dos Bingos pede o indiciamento de 79 pessoas – entre as quais o ex-ministro Antonio Palocci, Paulo Okamoto (presidente do Sebrae), Waldomiro Diniz e Rogério Buratti – e quatro empresas. O documento também concluiu pela existência de conexões entre as casas de bingo, a prática de lavagem de dinheiro e as atividades do crime organizado, envolvendo bicheiros, contrabandistas e a máfia italiana.

Os bingos também teriam vinculações com o jogo do bicho, segundo o relator. Muitos desses estabelecimentos pertenceriam a bicheiros – que os usariam para lavagem de dinheiro ou que receberiam pedágio para “autorizar” o funcionamento dos bingos.

Quanto à apuração do “caso Celso Daniel”, sobre o assassinato do então prefeito de Santo André, foi pedido o indiciamento do ex-secretário municipal Klinger de Oliveira e dos empresários Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e Roman Maria Pinto.

Coleta de lixo

O relatório também detalha o esquema de corrupção em Ribeirão Preto (SP). Garibaldi afirma que o inquérito conduzido pela delegacia de polícia do município aponta “fortes indícios de fraudes em licitações e superfaturamento” envolvendo empresas de coleta de lixo de Ribeirão Preto e de cidades próximas como Matão, Sertãozinho e Araraquara.

A comissão de inquérito completou 82 reuniões e mais de cem depoimentos, em 356 dias de atividades. Instalada em junho de 2005, teve o prazo inicial de 120 dias ampliado duas vezes: em outubro de 2005, por 180 dias, e em março deste ano, por mais 60 dias. A data de conclusão foi marcada para o próximo dia 24.

CPI dos Bingos aprova, sem mudanças, o relatório final

Com 12 votos a favor e 2 contrários, a CPI dos Bingos aprovou ontem o relatório final do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Apesar dos apelos da oposição, o relator manteve a sua decisão e não incluiu o nome de Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, na lista das 79 pessoas cujo indiciamento foi pedido pela CPI.

A oposição acompanhou o voto do relator após Garibaldi anunciar que iria recomendar ao Ministério Público Federal o aprofundamento da investigação de suposta participação de Gilberto Carvalho na formação de caixa dois na prefeitura de Santo André (SP), que seria usado em futuras campanhas eleitorais do PT. O nome de Carvalho foi citado mais de 70 vezes no relatório.

Garibaldi chegou a anunciar que iria inserir no relatório o nome do presidente Lula “por omissão”, apesar de afastar a participação do presidente nos episódios investigados pela CPI “pela ausência de provas”. Mas ele desistiu da idéia após o senador Tião Viana (PT-AC) ameaçar com pedido de vistas, o que poderia adiar a votação.

– Jamais recebi pressão de qualquer lado para incluir ou deixar de incluir nomes no relatório. Não tenho motivo nenhum para agradar a ninguém, especialmente o presidente Lula, do qual não sou correligionário. Quanto a Gilberto Carvalho, informo que a minha consciência obriga a não tipificá-lo por não ter detectado indícios de culpa em crimes investigados pela CPI – desabafou Garibaldi.

Com a aprovação do relatório original, caiu por terra os votos em separado apresentados pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-

PR) e Magno Malta (PL-ES), que pediam a proibição definitiva das casas de bingo. A documentação em poder da comissão de inquérito será encaminhada ao Ministério Público para investigação.

Críticas

Durante a discussão do relatório final, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reconheceu o trabalho da comissão, mas observou que o relator “foi bondoso e generoso” ao não inserir no texto o nome do presidente Lula. Segundo o senador, “o presidente participou diretamente de fatos investigados pela CPI”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o relatório de Garibaldi Alves deveria ser encaminhado ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações, com a retirada de alguns nomes da lista de pedidos de indiciamento. Para Ana Júlia Carepa (PT-PA), a CPI foi usada para atacar o PT.

Em nome da liderança do PDT, Jefferson Péres (AM) anunciou que seu partido, na pessoa do senador Augusto Botelho (RR), votaria com o relator caso fosse incluído na lista dos pedidos de indiciamento o nome de Gilberto Carvalho. Mas, após entendimento, Augusto Botelho votou pela aprovação do relatório.

Alvaro Dias defendeu a inclusão de pedido para que o Ministério Público apurasse se o presidente da República cometeu crime de responsabilidade nos episódios de corrupção envolvendo formação de caixa dois em Santo André, bem como no suposto pagamento, por parte de

Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, de uma conta pessoal de Lula. Alvaro pediu ainda o indiciamento de Gilberto Carvalho e do ex-ministro José Dirceu.

Tião Viana voltou a afirmar que o relatório deve ser centrado no foco que originou a criação da comissão, ou seja, jogos de bingo. O contrário, observou, pode ser entendido como mero jogo político. Mas Romeu Tuma (PFL-SP) argumentou que a CPI não teve culpa ao investigar denúncias fora do foco do colegiado, “já que elas foram caindo na secretaria da comissão”, e observou que todas as denúncias estavam conectadas.

José Agripino Maia (PFL-RN) concordou e lembrou que os fatos conexos ampliaram o leque das investigações.

Já o senador Magno Malta (PL-ES) defendeu o imediato fechamento das casas de bingo e solicitou que toda a documentação que se encontra na CPI seja encaminhada ao Ministério Público e à Polícia Federal, para mais investigações. Do contrário, observou, o trabalho da comissão “cairia por terra”, caso o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de mandado de segurança, entenda que o colegiado extrapolou as suas funções ao desviar o foco das investigações, a exemplo das denúncias que envolvem o assassinato de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André.

O projeto de Garibaldi disciplinando a atividade das casas de bingo será remetido à Mesa diretora do Senado, para exame em conjunto com outras propostas que tramitam sobre o tema.

Texto é o mais frágil já aprovado pelo Parlamento, diz Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem, após a aprovação do texto do relator Garibaldi Alves Filho na CPI dos Bingos, que o documento votado é “o relatório mais frágil da história do Parlamento brasileiro” e que “rasgou o Regimento e a Constituição” ao não atender ao fato determinado e ao objeto formal da comissão (a ligação dos jogos de bingo com crime organizado e lavagem de dinheiro).

O senador criticou a oposição por ter, segundo ele, se apegado a uma “estratégia de ordem eleitoral”. Afirmou, no entanto, que o PT acata a decisão do colegiado, e que ela não representa uma derrota para o partido.

– Os que foram citados apresentarão sua defesa ao Supremo, e serão bem-sucedidos, pois o relatório não tem suporte constitucional – disse ele.

Divergência

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), no entanto, o balanço final é positivo. Ele disse considerar a CPI dos Bingos “emblemática”.

– Ela é resultado de uma deliberação do Supremo Tribunal Federal e fez ressurgir fatos que estavam sendo acobertados, como os casos de Santo André, Campinas e Ribeirão Preto. O mais importante desta CPI não é o relatório final, mas a proposta de transparência que ela possibilitou, estimulando uma investigação de maior profundidade – assinalou.

Alvaro destacou que a comissão de inquérito “produziu muito em matéria de investigação judiciária relativamente a crimes praticados” ao colaborar para a mudança de versão do assassinato do ex-prefeito Celso Daniel, que, de crime comum, passou a ser considerado crime de inspiração política (a CPI verificou indícios nesse sentido).

Congresso deve analisar projetos sobre funcionamento dos bingos e propor legislação adequada

Governistas e oposições não chegam a entendimento sobre o que o Executivo poderá gastar em 2007 na hipótese de o Congresso não votar o Orçamento até o fim de 2006



Gilmar Machado (5º à esq.) quer encerrar a votação do substitutivo de Jucá (3º à esq.) à LDO na comissão até a próxima semana

Mesmo sem acordo, comissão mista tenta votar hoje a LDO

A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) tentará iniciar hoje a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, mesmo sem acordo entre governo e oposições. Uma reunião de líderes partidários na CMO ontem não foi suficiente para um acordo.

A falta de entendimento sobre o que o governo pode ou não gastar em 2007 se concentra em um artigo do projeto da LDO. O governo queria autorização para gastar tudo do Orçamento se o Congresso não terminasse sua votação até 31 de dezembro deste ano. Parlamentares rejeitaram

essa intenção, por entenderem que isso dispensaria o Congresso na execução do Orçamento.

O presidente da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), propôs que os parlamentares aprovem o substitutivo apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), disputando no voto apenas as partes sem acordo. Jucá propôs no seu substitutivo que o Executivo gaste por mês um doze avos do Orçamento, exceto em novos investimentos e em despesas correntes de "caráter inadiável e relevante". As oposições sustentam que o governo alegará sempre que as

liberações são inadiáveis e relevantes e, na prática, poderá gastar o que quiser e no que quiser. A decisão sobre este ponto pode ser decidida no voto.

Pela legislação, o Congresso tem de votar a LDO até o dia 17 de julho, véspera do recesso parlamentar. O projeto da LDO pode se defrontar com uma obstrução no Plenário do Congresso, encabeçada pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR). Ele exige que, antes, o Congresso vote uma resolução de sua autoria (PRS 2/05) que faz mudanças na forma como os parlamentares devem votar a lei orçamentária.

Na discussão da LDO, mais um embate sobre a Lei Kandir

Dois meses depois de encerrado um longo embate em torno de verbas do Orçamento de 2006 para compensar os estados exportadores pelas isenções de ICMS em razão da Lei Kandir, parlamentares da base do governo e das oposições voltam a se enfrentar pelo mesmo motivo. O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não prevê em seu substitutivo gastos para a compensação, o que gerou protestos oposicionistas, principalmente do PSDB, na reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O governo alega que o assunto deve ser resolvido por meio de uma regulamentação para o fundo previsto na Lei Kandir (para o qual deveriam contribuir estados e União nas compensações). Por sua vez, os estados exportadores usam as votações orçamentárias para pressionar o governo federal a prever os ressarcimentos. Neste ano, depois de muita disputa na votação do Orçamento de 2006 no Congresso, a União concordou em destinar ao fomento de exportações e ao ressarcimento previsto na Lei Kandir R\$ 5,2 bilhões – mesmo valor de 2005.

Meirelles: estabilidade traz mais ganhos do que perdas

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse que a manutenção da estabilidade da economia tem custos, mas que estes não são superados por seus ganhos. Ele citou, entre outros exemplos, a melhoria dos índices de emprego: foram abertos 667 mil novos postos de trabalho em 2003, passando para uma média de 1,282 milhão por ano, no período entre 2004 e 2005. Ele destacou também o aumento da massa salarial, de 5% em 2005, o que manteve a demanda aquecida. O presidente do BC enfatizou o aumento da massa salarial do setor industrial, de 9% em 2004 e 8,1% em 2005, patamar que qualificou como histórico.

A confirmação das metas inflacionárias nos dois últimos anos, observou Meirelles, não deve ser motivo para diminuir a prudência da política monetária. Disse que as experiências históricas vêm demonstrando que a inflação mais alta não produz crescimento sustentado. Henrique Meirelles aproveitou, ainda, para reforçar o papel ativo do Comitê de Política Monetária (Copom) na fixação dos juros básicos de forma coerente com as metas perseguidas para a inflação.

Policiais ferroviários e auditores fiscais pedem apoio a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), Carlos André Soares Nogueira, e diretores da entidade. Eles pediram que Renan intervenha na aprovação do reajuste da categoria e na criação de um novo patamar na tabela do plano de carreira.

A proposta para o reajuste deve ser de iniciativa do Poder Executivo. Renan entrou em contato com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, durante a reunião, e hoje deverá posicionar-se sobre a questão. A proposta está no ministério.

Segundo Carlos Nogueira, as perdas salariais dos auditores já chegam a quase 58%. Em greve desde 2 de maio, os auditores fiscais dizem que linhas de produção em São Paulo, Santa Catarina e no Amazonas estão paradas pelas dificuldades para exportar ou importar produtos. Algumas empresas estão dando férias coletivas para seus funcionários.

– O governo parece não entender a urgência para resolver o problema – afirmou Nogueira.

Os auditores também entregaram a Renan um estudo a respeito de tributação sobre o consumo, que indica um recorde de arrecadação pela Secretaria da Receita Federal no primeiro quadrimestre: R\$ 118,7 bilhões.

Policiais ferroviários

O coordenador da Comissão Nacional dos Representantes da Polícia Ferroviária Nacional, Antônio Decco, e outros representantes da categoria também foram recebidos pelo presidente do Senado. Eles reivindicam a transferência dos policiais ferroviários para o Ministério da Justiça, como previsto na Constituição. Hoje, esses profissionais são ligados aos ministérios dos Transportes e das Cidades e não têm poder de polícia para fiscalizar as ferrovias, especialmente após a delegação de trechos das estradas de ferro para empresas concessionárias. Renan prometeu empenhar-se na causa.



Machado (E) apresenta a Renan estudo que prevê impacto de R\$ 7 bi na Previdência

Ministro considera inviável aumento para aposentados

O ministro da Previdência Social, Nelson Machado, apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, um estudo que prevê impacto adicional de R\$ 7 bilhões só neste ano nas contas da Previdência caso seja aprovado pelo Senado o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/06, que reajusta em 16,6% os benefícios de aposentados e pensionistas que recebem mais do que um salário mínimo por mês.

– Não há dotação orçamentária para fazer frente a esse aumento e isso contraria as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal – afirmou o ministro.

O PLV 18/06 já foi aprovado pela Câmara e provém da Medida Provisória 288/06, que reajusta o salário mínimo para os trabalhadores da ativa em

16,6% – o mesmo aumento que a Câmara aprovou para todos os aposentados.

Já o governo pretende reajustar os benefícios superiores ao mínimo em 5% – o que é previsto na MP 291/06, que ainda não chegou ao Senado. De acordo com Machado, esse reajuste já teria um impacto de aproximadamente R\$ 2 bilhões na Previdência, está acima da inflação de 2005 (medida em 3,21% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor), e representa ganhos para os 8,3 milhões de aposentados brasileiros que recebem benefícios superiores ao salário mínimo. Os demais 15,7 milhões de aposentados ganham apenas um salário mínimo por mês e seu benefício é corrigido automaticamente junto com o dos trabalhadores na ativa.



Projeto visa corrigir distorções entre salários de servidores, diz Jefferson

Jefferson defende plano de cargos e salários do Judiciário

A aprovação, pelo Congresso, do projeto que reestrutura o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Judiciário foi defendida ontem por Jefferson Péres (PDT-AM). O projeto (PLC 5.845/05) foi apresentado pela categoria em 2005 e, segundo o parlamentar, visa corrigir as distorções entre os rendimentos dos funcionários dos três Poderes.

A proposição tramita na Câmara, e, de acordo com Jefferson, os servidores do Judiciário solicitam aos senadores que “resistam a possíveis manobras protelatórias inspiradas pelo Executivo” quando a matéria chegar ao Senado.

Jefferson condenou o governo do PT por não dar a devida atenção ao funcionalismo público.



Patriotismo manifestado no futebol deve se estender à defesa da educação, diz Iris

Iris quer mobilização nacional para sanar problemas do país

Ao fazer um apelo aos parlamentares pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu aos brasileiros que se mobilizem em busca de soluções para os problemas nacionais, do mesmo modo como torcem pela Seleção Brasileira de futebol. Iris observa que a Copa e a campanha eleitoral podem inviabilizar a aprovação do Fundeb.

– Devemos torcer por nossa seleção, mas tanto melhor que o nosso patriotismo se estenda a um amplo movimento nacional que, pelo menos, nos garanta educação de qualidade – afirmou.

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos tem por objetivo a redução de desperdícios em locais de habitação coletiva. A matéria será votada em Plenário

Prédio deve adotar medidor de uso de água por apartamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem relatório do senador Aelton Freitas (PL-MG) favorável a projeto da Câmara que institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas incidentes sobre a prestação dos serviços de abastecimento de água. A matéria ainda será votada em Plenário.

A essência do projeto (PLC 42/06), segundo o relator, é estabelecer que, nos edifícios destinados à habitação coletiva com alvarás de construção concedidos a partir da data de vigência da referida lei, a cobrança pela prestação do serviço público de abastecimento de água seja feita por domicílio. A proposta determina ainda que os prédios destinados à habitação coletiva, a partir da vigência da lei, deverão

conter hidrômetro para medir o consumo de água em cada domicílio.

O autor do projeto, deputado Julio Lopes (PP-RJ), disse que atualmente a água é desperdiçada pelos condomínios, uma vez que a tarifa é rateada em partes iguais, independentemente do consumo de cada unidade habitacional. Esse desperdício é calculado em aproximadamente 30% da água consumida nos condomínios, segundo informa o senador Aelton Freitas.

Tal situação, alega o deputado Júlio Lopes, “coloca em risco a sobrevivência do bem natural mais precioso da terra”. Com a proposta, haverá garantia de que o pagamento será realizado na medida exata do consumo de água, o que evitará seu desper-

dício, observa ainda o relator da matéria.

O projeto estabelece também diretrizes para cobrança de tarifas incidentes na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água que envolvem produção de água potável, unidades de captação, estações de bombeamento, adutoras e estações de tratamento de água bruta, bem como serviços de água potável com reservatórios, subadutoras, estações de bombeamento, redes de distribuição e ramais prediais.

Pelo projeto, caberá à Agência Nacional de Águas (ANA) determinar a punição pertinente às concessionárias do serviço de abastecimento de água que não cumprirem as regras estabelecidas.

Fator previdenciário será debatido em audiência pública

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) vão realizar audiência, no dia 7 de julho, para debater questões relativas ao fator previdenciário, método de cálculo dos benefícios para aposentadorias. Esse cálculo, proposto no governo passado e aprovado pelo Congresso, é feito de acordo com a estimativa do montante de contribuições realizadas e capitalizadas conforme taxa pré-determinada, que varia em razão do tempo de contribuição e da idade do segurado, levando em conta também a expectativa de duração do benefício.

A audiência foi proposta por Valdir Raupp (PMDB-RO) e defendida por Paulo Paim (PT-RS), autor de projeto (PLS 296/03) que modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social e extingue o chamado fator previdenciário. Esse projeto será objeto de estudo da audiência.

O PLS 296/03 foi aprovado na CAS, onde tramitava em caráter terminativo. Como houve recurso para votação em Plenário, os senadores aprovaram requerimento para exame pela CAE.



Presidida por Luiz Otávio, CAE aprova crédito para ampliação de infra-estrutura no CE

Crédito para melhorar ensino e pesquisa no Ceará passa na CAE

A solicitação do governo do Ceará para a contratação de crédito externo, no valor de até US\$ 16,2 milhões, destinado ao financiamento do Programa de Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa Tecnológica, Certificação e Metrologia foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria ainda será votada pelo Plenário, mas os senadores da CAE também aprovaram que essa tramitação seja feita em regime de urgência.

A operação de crédito será acordada entre o estado e a empresa MLW Intermed Handels, para aquisição de equipamentos educacionais e técnico-científi-

cos produzidos na Alemanha.

De acordo com o relator da matéria, Romeu Tuma (PFL-SP), os investimentos visam ampliar a infra-estrutura de ensino e pesquisa das universidades, institutos de pesquisa, Superintendência Estadual do Meio Ambiente, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

O custo total do programa é de US\$ 19,1 milhões. Segundo informou o relator, baseado em dados fornecidos pelo governo estadual, além do empréstimo, o estado deverá arcar, em contrapartida, com um montante de até US\$ 2,9 milhões.



Paim destaca convênio entre o Inpe e a Universidade Federal de Santa Maria

Paim pede apoio à pesquisa espacial em Santa Maria

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao governo federal apoio à Unidade de Pesquisa em Ciências Espaciais em Santa Maria (RS) – convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo o senador, Santa Maria é pólo de pesquisa nessa área desde 1973 e a efetiva implantação de tal unidade é um antigo pleito de toda a sociedade gaúcha.

O parlamentar enalteceu os trabalhos do coordenador das pesquisas espaciais na região, Nelson Jorge Schuch, e defendeu sua manutenção à frente do projeto.

Em seu discurso, Paim voltou a manifestar apoio ao Grupo Varig.

Papaléo cobra assistência do SUS a portador de hepatite

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem a efetiva implantação, pelo Executivo, da Lei 11.255/05, que assegura aos cidadãos portadores de hepatite assistência pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O parlamentar explicou que o governo federal precisa estabelecer normas para que esse direito possa ser exercido pela população.

O senador, que é médico, considera que o combate a doenças virais deve fazer parte de programas estratégicos do governo. “Cabe elevar também a hepatite ao status de inimigo público e dedicar-lhe combate contínuo”, disse.



Papaléo quer a efetiva implantação de lei que assegura o direito aos doentes

Aprovado na forma de substitutivo pela CE, projeto que tipifica novos delitos por meio eletrônico será analisado agora, em decisão terminativa, pela CCJ

Crimes de informática podem ser punidos com mais rigor

A criação ou difusão de vírus eletrônicos poderá ser punida com pena de reclusão de um a três anos, além de multa, segundo estabelece substitutivo a projeto de lei de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A proposta prevê reclusão de dois a quatro anos para o acesso indevido a dispositivo de comunicação ou sistema informatizado. Já a divulgação de informações contidas em bancos de dados deverá resultar em detenção de um a dois anos.

O substitutivo ao projeto (PLS 76/00), que será agora encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa, foi elaborado pelo relator, senador

Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele incorporou trechos de duas outras propostas: o Projeto de Lei da Câmara 89/03 e o Projeto de Lei do Senado 137/00, de autoria de Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Conforme o relator, foram recolhidas sugestões do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e das Forças Armadas.

– Esse é um projeto complexo e que trata de uma questão urgente. Lamentavelmente, o número de crimes de informática tem aumentado – disse Azeredo.

Durante a discussão, Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a urgente aprovação da matéria, enquanto Paulo Paim (PT-RS) lembrou a necessidade de se combater a propagação, pela internet, do preconceito em relação

à cor da pele ou à opção sexual. Ney Suassuna (PMDB-PB) e Roberto Saturnino (PT-RJ) também elogiaram a proposta.

Proteção de dados

A CE aprovou ainda parecer favorável ao PLS 321/04, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que trata da proteção dos dados pessoais detidos por entidades públicas e privadas.

Zambiasi observou que as informações sobre a vida de cada cidadão são “mais do que nunca um instrumento poderoso” nas mãos de empresas ou entidades. Tuma destacou a reação a uma proposta da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, de terceirizar a gestão de dados sobre precedentes criminais. O projeto será apreciado em decisão terminativa pela CCJ.



Eduardo Azeredo (segundo à esquerda), alerta, durante a reunião da CE, que vem crescendo no Brasil o número de crimes virtuais

Data vai mobilizar sociedade contra a violência

O Dia Nacional de Defesa da Vida será celebrado a cada ano em 23 de julho, conforme projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) aprovado em decisão terminativa, pela Comissão de Educação. A data visa mobilizar a sociedade contra a violência.

Foi em 23 de julho que ocorreu, há 13 anos, no Rio de Janeiro, a chacina da Candelária, episódio em que oito crianças de rua foram mortas enquanto dormiam, em frente à igreja localizada no centro da cidade. Entre os assassinos foram identificados diversos policiais. O massacre teve repercussão em todo o mundo.

– Esse é um projeto [PLS 94/06] simbólico e que se des-

tina a mobilizar a sociedade. O problema da violência ainda não encontrou solução, especialmente no Rio de Janeiro – disse.

De acordo com o senador, milhares de jovens continuam sendo levados para as ruas e para a criminalidade por enfrentarem problemas como a pobreza, o abuso sexual, o tráfico de drogas, o trabalho infantil e a violência doméstica.

No parecer, o relator da proposta, Paulo Paim (PT-RS), afirma que o texto estabelece oportunidade “à mobilização nacional necessária para resgatar a credibilidade das instituições e restabelecer a justiça”.

Também em decisão termina-

tiva foi aprovado o PLS 21/06, de Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), que determina a divulgação, pelas emissoras de rádio e televisão, das campanhas nacionais de vacinação. A comissão apresentou parecer favorável ao PLS 398/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), destinado a garantir ao consumidor todas as informações nutricionais básicas dos alimentos e bebidas. Receberam ainda pareceres favoráveis o PLC 24/06, que denomina Rodovia Padre Pedro o trecho da BR-235 entre Aracaju e a divisa dos estados de Sergipe e da Bahia, e 24 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio.



Ao lado de Heráclito (C) e Jucá, Pádua Fonseca (E) é sabatinado pelos senadores da CI

Infra-Estrutura acolhe indicação de engenheiro para a diretoria do Dnit

Com 17 votos a favor e 1 abstenção, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, ontem, a indicação de Luiz Fernando de Pádua Fonseca para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Ex-presidente dos Conselhos da Autoridade Portuária do Complexo Portuário de Suape (PE) e de Manaus, Luiz Fernando de Pádua Fonseca é engenheiro civil com pós-graduação em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões.

Pádua Fonseca assumirá a Diretoria de Infra-Estrutura do Dnit se a indicação for confirmada pelo Plenário. Além da expansão da malha ferroviária para o transporte de cargas, o Dnit dará prioridade, segundo o engenheiro, ao Programa Nacional de Segurança em Áreas Urbanas.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), pediu informações sobre a ligação da ferrovia Transnordestina com a Norte-Sul. Pádua disse que o projeto atual da Transnordestina no Piauí vai até o município de Eliseu Martins. Heráclito afirmou, depois, que o governador Wellington Dias anunciou a execução de uma obra cujo projeto ainda não existe. “É enganoso eleitoral do governador do Piauí”, declarou o parlamentar.

Relator da mensagem de indicação, Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou a importância das obras, em licitação, previstas para Barra Mansa (RJ) e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Ferroviárias. Caberá a esse instituto, entre outros objetivos, atualizar a tecnologia do setor.

Mostra Artistas Brasileiros será inaugurada hoje

Obras de 59 artistas de todos os estados do Brasil estarão expostas de hoje até o dia 14 de julho, no Salão Negro do Congresso Nacional. Trata-se da segunda mostra *Artistas Brasileiros*, que, no ano passado, trouxe 80 telas de artistas escolhidos pelos senadores de cada unidade da Federação.

Participam da exposição este ano Tomie Ohtake, indicada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP); Glênio Bianchetti, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS); e Tânia Maia, pelo organizador do evento e presidente do Senado Federal, Renan Calheiros.

A cerimônia de abertura, que contará com a presença de parlamentares e artistas, e será presidida por Renan Calheiros, está marcada para as 10h. A mostra ficará aberta das 9h30 às 17h. As visitas coletivas podem ser agendadas pelo número (61) 3216-1771.



Aelton exalta a carreira do religioso de Uberaba (MG), falecido em 2002

Aelton lembra o centenário de arcebispo

Aelton Freitas (PL-MG) destacou em Plenário as comemorações do centenário de nascimento de dom Alexandre Gonçalves Amaral, primeiro arcebispo de Uberaba, falecido em 2002.

Conforme o senador, dom Alexandre é uma das figuras mais importantes da história religiosa brasileira. No seu currículo, destaca-se o fato de ter sido o bispo mais novo do mundo à época da sação e com maior tempo de presença eclesial na história da Igreja, afirmou Aelton.